

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projetos
projects

expediente
credits

próxima **v!rus**
next **v!rus**

V!20

revista **V!RUS**
V!RUS journal

issn 2175-974x
ano 2020 year
semestre 01 semester
Julho 2020 July



COSTURA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DA CIDADE SEWING AS A METHOD FOR INVESTIGATING THE CITY

GIOVANNA MAGALHÃES, LARISSA SIQUEIRA CHAVES, SORAYA NÓR,
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS

Giovanna Magalhães é arquiteta e urbanista e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre temas relacionados ao urbanismo e feminismo.
giovanna_simokado@hotmail.com

Larissa Siqueira Chaves é arquiteta e urbanista, ecóloga e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre meio ambiente, urbanismo e feminismo.
laris.chaves@hotmail.com

Soraya NóR é arquiteta e urbanista e Doutora em Geografia. É professora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, e membro do grupo de pesquisa Análise Ambiental e Permacultura. Estuda urbanismo, patrimônio cultural, meio ambiente e permacultura.
soraya.nor@ufsc.br

Rodrigo Gonçalves dos Santos é arquiteto urbanista, Doutor em Educação e professor do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Desenvolve estudos e pesquisas sobre experiências estéticas e perceptivas e suas articulações entre a apreensão da arquitetura e da cidade contemporânea com o campo sensível e a poética do espaço.
rodgonca@gmail.com

MAGALHÃES, G. S.; CHAVES, L. S.; NÓR, S.; SANTOS, R. G. Costura como método de investigação da cidade. **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=5&item=106&lang=pt>. Acesso em: dd/mm/aaaa

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE MARÇO DE 2020

Resumo

O presente artigo tem como proposta expor reflexões que emergiram da intervenção urbana "Costuramos sonhos", na qual partimos do intuito de performar o costurar feminino, uma atividade essencialmente doméstica, no ambiente público. Dessa ação-prática, construímos nossa própria "máquina de guerra" e nela encontramos a oportunidade de buscar o nosso processo metodológico, fundamentado na costura como categoria de análise, na efemeridade, na subjetividade, na potência em evocar os corpos femininos e a sua história. Assumir as epistemologias feministas possibilitou vislumbrar aspectos fundamentais da reflexão sobre a questão de método nas ciências e, ao utilizar as incertezas e instabilidades das categorias de análise, confrontamos os limites do método científico tradicional. A partir desse outro olhar, foi possível construir reflexões sobre a mulher e a cidade, e sobre como seus corpos-territórios encontram-se submetidos à lógica do capitalismo patriarcal. Através da subversão do dispositivo da costura, foi possível criar nossa própria relação com o conhecimento.

Palavras-chave: Cidade, Efemeridade, Espaço público, Feminismo, Método

1 Introdução

O presente trabalho é resultado de reflexões que reverberaram da intervenção urbana "Costuramos sonhos"¹, performance concebida pelo fato de nos sentirmos confortáveis e familiarizadas com a costura como meio de sociabilização feminina. Assim, nos unimos com o intuito de trazer o fazer privado da mulher para o espaço público. Esse foi nosso ponto de partida e intenção primeira, porém, decorrido o processo de performance, percebemos que várias camadas de análise haviam sido desnudadas.

Esse artigo tem, portanto, o intuito de desvendar essas reverberações, mostrando como a ação efêmera da costura pode incorporar o corpo como expressão feminista no contexto urbano e, ao mesmo tempo, revelou-se capaz de constituir um processo metodológico de investigação, contrapondo-se aos limites do método científico tradicional. Trouxe à tona outras possibilidades de análise, numa ampliação do olhar sobre a questão de método, incorporando a epistemologia feminista², a incerteza e a subjetividade na construção do conhecimento.

A perspectiva da costura surgiu inserida em uma narrativa mitológica, como uma forma de incorporar o desejo e o corpo feminino à rua. Assim a narrativa foi configurada: três mulheres sentadas sob os ramos da Figueira da praça XV de Novembro, no centro de Florianópolis, bordavam corações: costurando sonhos, desejos, ou seriam destinos? Na medida em que o faziam, algumas pessoas aproximavam-se curiosas. Inicialmente, era-lhes pedido que compartilhassem um sonho, um desejo qualquer, que já tivesse se realizado ou um sonho de infância. Em troca desse momento compartilhado, era-lhes oferecido um broche-coração.

A concepção da ação foi espelhada no mito das três tecelãs do destino, presente em diversas narrativas mitológicas, que representam a tríade divina e personificam o poder divino. São uma extensão das Moiras da mitologia grega, que simbolizam a representação feminina do mundo, de ciclicidade: regeneração, transformação, separação, ou seja, a renovação da vida (LIBOREL-POCHOT, 2016). Partimos da ideia mítica das crenças mágicas que carregam a subversão (FEDERICI, 2017), para experimentarmos o potencial que existe quando as mulheres se apropriam de dispositivos como a costura e os utilizam como método investigativo da realidade, dos processos que tangenciam e constroem as relações sociais na cidade e no urbano.

A costura permeia inúmeras questões acerca do universo feminino e da construção histórica da inserção da mulher na sociedade. O uso desse dispositivo foi capaz de integrar o campo da epistemologia feminista com os estudos urbanos, aproximando essas duas áreas. Ao sobrepô-las, foi possível fazer emergir uma metodologia que se contrapôs à ciência tradicional, por meio da inserção da subjetividade da mulher, contribuindo para negar a neutralidade e a racionalidade cega do discurso científico.

2 Do método e de sua construção

As premissas da ciência moderna, cartesiana, racional, reducionista e o modelo do método científico tradicional que almeja objetividade, precisão e mensuração, apesar de terem permitido o desenvolvimento do conhecimento humano, têm sido bastante criticados por suas limitações, especialmente no contexto dos pressupostos das ciências naturais transpostos às ciências humanas (MORIN, 2011). Assim como a suposta neutralidade científica e a rigidez do método, na crítica feminista os dualismos de valor³ e o androcentrismo

aliado à universalidade são princípios científicos que se tornaram obsoletos. Por esse motivo, a epistemologia feminista reivindica a necessidade de um novo aporte metodológico, de uma nova forma de se pensar que ultrapasse essas limitações.

Tomemos o nascimento da ciência no âmbito do processo histórico da revolução científica e as bases que a sustentaram. Carolyn Merchant (2006) alega que Francis Bacon, considerado o fundador da ciência moderna, baseou seus princípios científicos nos interrogatórios e torturas aplicados às mulheres acusadas de bruxaria. Assim nasce a ciência, como uma ciência da natureza, mas uma natureza morta, torturada, dissecada que deveria ser dominada com o intuito de se desvendar a verdade. Fica evidente que devemos superar esse modo de fazer ciência, surgido a partir de uma estrutura de opressão da mulher e da natureza. A busca por novas possibilidades metodológicas e de investigação é fundamental em um processo de crítica, resistência e ressignificação, tanto das lutas feministas e de todos os oprimidos, quanto da própria ciência. Sandra Harding (2019) afirma que, ao criticarmos a ciência, devemos nos ater às ausências, ponderando sobre o que a ciência não faz, o que ela não aborda, não abarca e o que exclui de seu discurso. É neste sentido que essa experiência se insere, como uma forma de buscar novas maneiras de estudar o espaço urbano, desvinculando-se dos paradigmas da ciência moderna.

Margareth Rago (2019) afirma que, através deste processo, o feminismo tenta ressignificar a relação entre teoria e prática, ao assumir a subjetividade, o ser mulher, ao negar um método finalizado, ao abandonar a isenção e imparcialidade do pesquisador. Rago afirma que

[...] clama-se pelo envolvimento do sujeito com seu objeto. [...] Reafirma-se a ideia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo. [...] Reconhece a particularidade desse modo de pensamento e abandona a pretensão de ser a única possibilidade de interpretação. (2019, p. 380-381).

Assim, a autora aponta que, por meio da luta política, nasce um contradiscurso feminista que rompe com a forma hierarquizada e totalitária de se fazer ciência. A partir dessa experiência, emerge uma linguagem inovadora, libertadora, que aponta para novas formas de interpretação da realidade e, por conseguinte, de pensar e de agir. Este processo de construção de um contradiscurso, de uma nova linguagem, aponta para a necessidade de desmitificar o postulado de uma metodologia única, replicável no tempo e no espaço. Uma só possibilidade de interpretação não condiz com a pluralidade que nos cerca. Ao questionar o cientificismo racionalista, não podemos também defender que a metodologia dos estudos feministas seja uma, não podemos recair nos mesmos paradigmas que contestamos. Dessa forma, conforme Harding (2019), a simples transferência de subjetividade do homem para a mulher não é suficiente. Neste caso, somente se faz uma oposição ao sistema científico, que tem na figura do homem branco, heterossexual, a representação de uma universalidade. Replicaríamos, assim, o mesmo sistema de opressão ao assumir a posição de uma figura feminina genérica.

A mulher universal não existe. Este não seria, portanto, o paralelo a reivindicar. Não há uma mulher universal assim como não há um homem universal. "Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura." (HARDING, 2019, p. 97). A generalização não compreende a complexidade da realidade. Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) abordam um conceito de universalidade mais condizente com nossas realidades de lutas prementes. Esse conceito é expresso através da insurgência de múltiplas lutas sociais, que se apoiam na diferença, exaltando-as ao invés de neutralizá-las. Assim, no feminismo, o universalismo é um processo inacabado, aberto "[...] à transformação e à contestação e sempre se consolidando novamente por meio da solidariedade." (2019, p. 123).

Esse sentido de universalidade nos permite visar a uma epistemologia feminista que não exclui outras epistemologias, não pretendendo a unicidade, nem o isolamento. Delmy Hernández (2016, p. 38) considera fundamental a formulação de uma nova ordem que cesse a "violência epistêmica" que ignora outros grupos de epistemologias como aqueles ligados aos saberes tradicionais. Intenta-se buscar paradigmas feministas que visam a conjugar-se com outros saberes e outras visões, de forma a construir uma ciência mais plural e inclusiva, formulando metodologias que constituem processos, e não construções acabadas, consumadas em si. Harding (2019) aponta estas mesmas considerações e acrescenta que os estudos feministas não devem pretender a elaboração de teorias, conceitos e metodologias inseridos em uma noção paradigmática de ciência normal, a ser empregada em todas as correntes epistemológicas.

As categorias analíticas feministas devem ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais. [...] capazes de expressar *perfeitamente o que achamos que queremos dizer no momento*. (HARDING, 2019, p. 99, grifo da autora).

Mas, então, como seriam aplicadas as categorias de análise feministas? Existem exemplos, não para replicarmos, mas que proporcionam uma materialidade, uma inspiração, como pegadas deixadas que podem

ajudar-nos a encontrar nosso próprio caminho. Os movimentos de luta feministas na América Latina integram este contexto de novos métodos que consideram a instabilidade das categorias analíticas e de um universalismo da solidariedade. Neste sentido, o corpo feminino se faz instrumento de luta e resistência frente à instabilidade democrática e ao avanço no desmonte de políticas sociais que ameaçam, sobretudo, os mais oprimidos: pobres, mulheres, negros, indígenas e povos tradicionais.

O movimento "*Ni una menos*"⁴ e os slogans "*mi cuerpo es mi territorio*" / "*ni las mujeres ni la tierra somos territorios de conquista*"⁵ são exemplos que refletem a luta feminina através da força dos corpos, sejam estes vivos ou mortos. Para Natália Souza (2019), esses movimentos ressignificam a luta feminista ao incorporar novas práticas democráticas corporificadas que questionam o colonialismo e os padrões patriarcais incorporados às políticas de Estado, a uma biopolítica⁶/necropolítica⁷ de Estado. Segundo a mesma autora, a materialidade corpórea como forma de expressão permite nos posicionarmos no mundo de acordo com nossa própria subjetividade feminina. Ao assumir nosso corpo como discurso, nos vestimos de subjetividade. Assumimos que somos parciais e que as parcialidades se somam para a construção de uma nova universalidade, de novas políticas e de novas formas de organização popular, que desencadeiam a reformulação das práticas democráticas.

O uso do corpo como política e como metodologia é, portanto, subversivo, e constitui uma forma de rompimento com a estrutura racionalizante e dualística de se fazer política e ciência. Esta estrutura tem como premissa a supervalorização da mente e da razão e, em contrapartida, a negação do corpo e da materialidade (SOUZA, 2019). Hernandez (2016) traz reflexões semelhantes, porém voltadas para o estudo do "corpo-território" como categoria de análise. Para a autora, esta epistemologia latino-americana e caribenha põe em foco a luta comunitária ao olhar "[...] *a los cuerpos como territorios vivos e históricos que aluden a una interpretación cosmogónica y política, donde en él habitan nuestras heridas, memorias, saberes, deseos, sueños individuales y comunes* [...]" (HERNANDEZ, 2016, p. 44). O corpo torna-se, então, um dispositivo de luta, um meio para a mudança política.

A partir dessa busca por uma outra ciência, a costura como método investigativo do espaço urbano fez emergir reflexões que abarcaram esses debates, nas quais o nosso próprio corpo foi sobreposto à pesquisa acadêmica. Foi a partir desse dispositivo que conseguimos nos questionar sobre o método de fazer pesquisa. Através desse caminhar, que oscilou entre ação prática e teórica, conseguimos nos opor à homogeneidade e ao estável, território onde o Estado atua. Dessa forma, tivemos um vislumbre da ciência nômade de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), encontrando um caminho para a ciência feminista. Assumir as instabilidades e compreendê-las como uma potência é atuar no *intermezzo* e construir um outro espaço-tempo. Utilizamos dessa perspectiva nômade, exterior à soberania e firmada no desvio, para construir um outro modo de conhecer. Nesse espaço, encontramos a nossa "máquina de guerra", pois é nela que se "[...] ultrapassa tanto as dualidades de termos como as correspondências de relações." (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 8).

A intervenção urbana e a interação entre os corpos sucederam-se como num movimento esquivo, característico dos nômades, que territorializou, desterritorializou e reterritorializou não somente a costura do doméstico ao público, mas também o corpo-território feminino e a cidade. Foi através da transgressão pela costura na praça, pela apropriação do corpo feminino como forma de ativação dos afetos e de afirmação política da mulher na cidade e na sociedade, que ocorreu a sua transformação em uma "máquina de guerra" (DELEUZE, GUATTARI, 1997). A Figura 1 remete à costura como um processo transgressor.

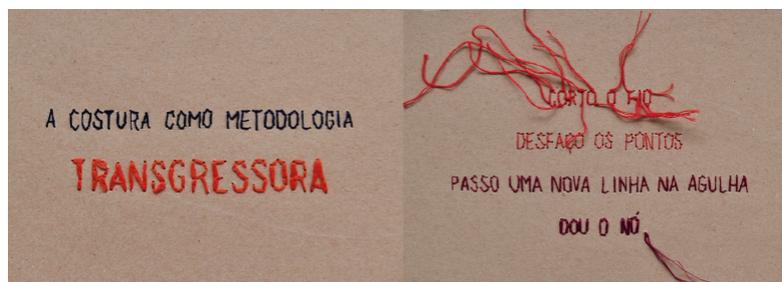


Fig. 1: Costura como processo. Bordado por Giovanna Magalhães. Fonte: Giovanna Magalhães, 2019.

No entanto, por que utilizar a costura como categoria de análise possibilitou a construção de uma metodologia transgressora? Quais implicações e resistências encontram-se imbricadas nesse saber-fazer? É possível que esta ação, tão presente no nosso imaginário doméstico, nos permita revirar o fundo, romper com a suposta calma e trazer à superfície, mesmo que temporariamente, aquilo que se encontrava submerso? Provavelmente, nessas águas turvas, é possível encontrar algo escondido.

A transformação da costura em uma “máquina de guerra” (DELEUZE, GUATTARI, 1997) foi possível porque a subvertemos. Apropriamo-nos das suas memórias simbólicas e representações presentes no nosso imaginário coletivo, porém profanamos esse saber fazer ao retirá-lo do espaço doméstico, fechado e íntimo, para levá-lo ao espaço público da praça central, como expressa a Figura 2.

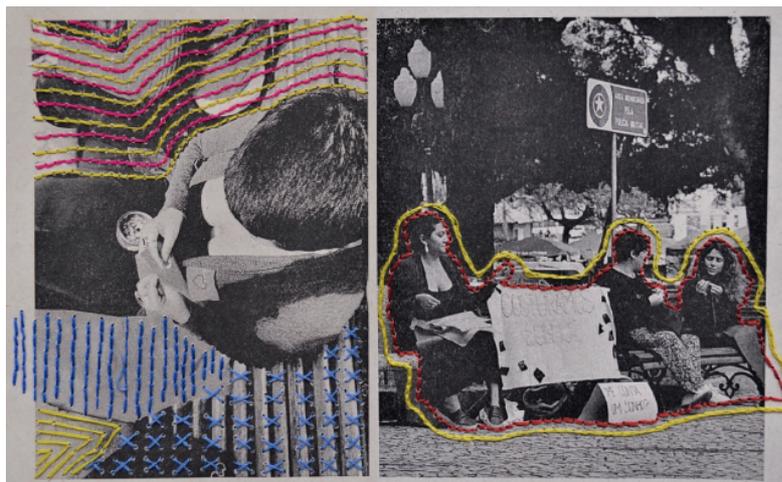


Fig. 2: Corpos femininos costurando na praça central da cidade. Foto original de Kellen Louzich e Lia Maestrelli, com intervenção de Giovanna Magalhães. Fonte: Giovanna Magalhães, 2019.

Através da transformação da espacialidade, a praça passou a abrigar (temporariamente) uma atividade que evoca a história das mulheres, fazendo emergir questões como a socialização das mulheres, o apagamento histórico do trabalho reprodutivo e a contínua busca pela desapropriação, pela externalização do controle e dominação dos corpos femininos. Fazer de nossos corpos instrumentos para a reflexão, em um processo de contestação e empoderamento corporal, tem um duplo sentido, pois, ao mesmo tempo em que contesta o produto, a alienação do corpo feminino, contesta também as bases nas quais a expropriação do corpo foi construída historicamente na sociedade capitalista patriarcal.

A concretização dessa estrutura capitalista foi possível, conforme Silvia Federici (2017), após o surgimento de uma nova ordem patriarcal. Este processo foi seguido de uma intensa desvalorização social e econômica da mulher, fazendo despontar uma nova divisão sexual do trabalho, na qual a mão-de-obra feminina perdeu seu valor monetário e tornou-se um recurso naturalizado. Tal situação forçou as mulheres a dependerem da instituição do casamento para sobreviver, em um violento processo de disciplinamento e perseguição dos corpos dissidentes ocorrido nos séculos XVI e XVII, que tem reflexos até os dias atuais. No período de “caça às bruxas” na Europa, a retirada de autonomia e poder social das mulheres contou com o aparato do Estado. Através da implementação de um terror psicológico, baseado na violência e tortura, as práticas presentes no universo feminino foram criminalizadas e a sua desarticulação coletiva foi incentivada, visto que esses espaços foram uma importante resistência aos cercamentos e às políticas de expropriação que ocorreram com a emergência do capitalismo, no final século XV na Inglaterra (FEDERICI, 2019).

Segundo a autora, a eclosão da caça às bruxas coincidiu com a crescente pauperização da população campesina no contexto de emergência das atividades mercantis, nos lugares onde as relações socioeconômicas estavam sendo moldadas de acordo com a nova ordem, uma ordem de relações de trabalho monetizadas. As acusadas de bruxaria eram mulheres em um contexto de resistência frente à pobreza, à degradação social e aos constantes ataques à expropriação do corpo feminino. Assim, as bruxas e seu misticismo subversivo de crenças mágicas representavam tanto uma ameaça à propriedade privada, ao controle social das classes de baixa renda, quanto ao padrão de sexualidade atrelado à reprodução como máquina de procriação, passando o controle dos corpos para o Estado. É justamente neste sentido que a autora afirma que o fenômeno dos cercamentos dos campos vai além, dizendo respeito também ao “[...] cercamento de conhecimento, de nosso corpo, de nossa relação com as outras pessoas e com a natureza.” (FEDERICI, 2019, p. 39).

Na medida em que o corpo da mulher foi sendo cada vez mais apropriado e controlado por esta nova ordem patriarcal e capitalista, estabeleceram-se padrões de feminilidade e sociabilização que culminaram na figura feminina do século XIX: dócil, domesticada, recatada, dona de casa em tempo integral. Concluiu-se, assim, o ciclo de alienação do proletariado e, em contraponto, a naturalização da mulher como sujeita ao trabalho doméstico não remunerado. Não bastava tornar as mulheres legalmente infantis e dependentes. Era necessário capturar também seus sonhos e desejos, limitando seu universo e suas possibilidades (FEDERICI, 2017).

Entretanto, é válido ressaltar que a diferenciação e a hierarquização entre o masculino e o feminino já existia nas sociedades pré-capitalistas, mas foi intensificada com o estabelecimento de uma aliança inédita entre o

capitalismo e o patriarcado, em que o trabalho não remunerado das mulheres foi acumulado no salário dos homens, e sua perseguição utilizada para desviar a atenção da luta de classes (FEDERICI, 2017). Seu intuito era invisibilizar o fato de que o sexismo e a opressão de gênero são inerentes ao sistema capitalista, pois “[...] a luta de classes inclui batalhas em torno da reprodução social [...]” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 55, grifo das autoras).

Desse modo, as mulheres são duplamente exploradas pelo atual sistema produtivo. Em um primeiro momento, ao não atribuir valor ao trabalho reprodutivo, ou seja, ao desvinculá-lo da produção de lucro, tornando-o invisível, confinando-o ao doméstico. Consequentemente, em um segundo momento, as mulheres, como seres sociais e como classe, são inseridas na lógica do mercado. Assim, o processo histórico de construção da sociedade capitalista desassociou a produção de pessoas da obtenção de lucro (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019). Este nada mais é do que o fundamento das várias formas de controle do corpo feminino exercidas pelo patriarcado e pelo Estado, no modo de produção capitalista. Assim, as questões da reprodução social, da invisibilização do trabalho doméstico, do controle dos corpos femininos, em nossa intervenção urbana, vieram à tona através do uso da costura como dispositivo e o estabelecimento do corpo da mulher na cidade, como origem das reflexões.

Conforme Saffioti (1981), essa prática faz parte de um saber fazer presente na vida doméstica. No trabalho com a agulha, as mãos das mulheres decidem quando dar o nó, quando cortar a linha e quando recomeçar, uma representação prática e simbólica do poder de decisão das mulheres sobre seus corpos e suas vidas. A Figura 3 ilustra este processo.



Fig. 3: A figueira da praça XV. Foto original de Lia Maestrelli, com intervenção de Giovanna Magalhães. Fonte: Giovanna Magalhães, 2019.

4 Efemeridade como subversão

Na relação entre a mulher e a cidade, a reflexão buscou identificar similaridades. Ambas são exploradas pelo capitalismo e pelo patriarcado. O corpo-cidade e o corpo-mulher estão na mesma posição, ambos historicamente domesticados e explorados. Para explicar melhor essa relação, precisamos lançar um breve olhar sobre a capitalização da cultura. Esse processo, segundo Félix Guattari e Suely Rolnik (1996), faz parte do contexto no qual a cultura e a subjetividade tornaram-se território de disputa, pois moldam as nossas vidas e capturam nossos afetos através dos elementos formais e dos discursos de neutralidade. Para Harvey (2005), é nesse contexto que estão inseridos o cotidiano e as experiências urbanas, pois a capitalização da cultura tem como alvo também a arquitetura e a cidade. Segundo o autor, a competição sempre tende ao monopólio e à homogeneização, compreendida como estabilidade. Portanto, ao serem concebidas como produto, as cidades encontram-se inseridas nessa lógica, na qual o espaço urbano é “domesticado” pelo capital e transformado em um cenário homogêneo.

Rago (1997) afirma que, para a construção dessa uniformidade, são utilizados diversos métodos de controle que atuam em diferentes escalas. Dentre esses elementos, estão incluídos a arquitetura, a cidade e o seu traçado, os quais funcionam como um pano de fundo na composição da vida cotidiana, moldando-a através de uma oscilação entre a permissão de certos movimentos e a proibição de outros. Para Lepecki (2011), essa tentativa de controle é aplicada também na escala corporal. A polícia, como um dos aparatos de controle pelo Estado, exerce um papel importante ao garantir a execução coreografada dos corpos e o seu coreopoliamento. Conforme abordado anteriormente, é desta maneira que a sociedade controla a execução dos papéis sociais. A questão está em como superar esses condicionamentos da cidade capitalizada, e em como subverter a lógica presente tanto nos aspectos materiais dos espaços que habitamos, mas também atuante na subjetividade, no modo como nossos corpos se apresentam e se movem.

Dessa forma, uma possível resposta para o processo de reificação seria a inserção da perspectiva do corpo e suas percepções sensoriais como uma maneira de superar a alienação. A começar pela reapropriação dos elementos que compõem a nossa subjetividade e pela construção dos processos de singularização (GUATTARI, ROLNIK, 1996), como vivenciamos em nossa intervenção de costura na praça. Para Jacques (2012), é através dessa prática, baseada na apreensão do cotidiano pelas experiências corporais, na subversão e reinvenção da espacialidade estabelecida, que se constrói um outro corpo.

A transgressão dos espaços fundamenta-se na concepção de espaço a partir das afetividades de um sujeito histórico possuidor de um potencial de subversão dos discursos da sociedade disciplinar, através de práticas capazes de retirar a eficácia desses aparelhos de controle e construir uma relação outra de espaço (CERTEAU, 1998). Assim, essa performance urbana passa a ser também uma prática social, uma astúcia urbana. É a partir desse estar no espaço que emerge o sujeito político pleno, na busca por novos modos de ser e estar no mundo. Através de uma nova apreensão da "topografia" da cidade e de uma performance política, rompe-se a ideia de um espaço público plano, homogêneo, com movimentos delimitados e coreopolicados (LEPECKI, 2011).

Uma intervenção efêmera, como dimensão da esfera da arte contemporânea, rompe com o cotidiano, conferindo um caráter de transitoriedade e precariedade, conforme enunciado por Bourriaud (2011). Amplia-se a noção do real, mantendo-o em um constante movimento de construção, desconstrução e reconstrução que circunscreve intercorrências e utopias à realidade. Através do ato coreografado, constrói-se o dissenso⁸. Dessa forma, a cidade pode deixar de ser uma representação de construções e leis criadas com o objetivo de se controlar cada vez mais os espaços de circulação de corpos, desejos, ideais e afetos (LEPECKI, 2011).

Desse modo, segundo Rita Velloso (2017), as situações efêmeras na cidade excedem a configuração social do espaço urbano. Na efemeridade, as ocupações coletivas provisórias invertem o desenho e tornam-se contestações, estabelecendo uma relação de complementaridade com o tempo, de enlaçamento, de costura e de memória. Para Rita Velloso (2017, p. 62-63),

Trata-se de radicalizar a experiência e fazer reemergir a atividade humana em sua fluidez, incompletude, linguagem contraditória. [...] para que a consciência do habitante pudesse escapar à tirania da aparência de normalidade e pudesse refletir criticamente sobre o sentimento atual da vida que se leva numa cidade. Só a imagem dialética pode romper o fetiche do espaço mercadoria na experiência arquitetônica.

O uso da efemeridade, além de possibilitar o rompimento com a tríade cidade-mercadoria-espetacularização, também se insere como um elemento da metodologia feminista ao não recusar a instabilidade, a incerteza, e ao abraçar as surpresas que a intervenção oferece. Articula-se como possibilidade, evento cíclico que abarca a vida, o corpo e a costura, interconectando-os por meio da subversão.

5 Conclusão

Nossa intervenção como performance, uma coreografia feminista, nasceu do momentâneo, do efêmero. Essa efemeridade emergiu também em uma perspectiva da "máquina de guerra", de subversão. A partir da apropriação das problemáticas de nosso tempo e da linguagem pelas quais operam, foi possível contestá-las. Sobretudo num mundo onde tudo é instantâneo, "instagramável", onde imagens, notícias e ações sobrepõem-se incessantemente, onde o vai-e-vem alienado à cidade é imanente à cotidianidade e aos processos sociais que ali ocorrem, torna-se viável considerar a efemeridade como dispositivo transgressor.

Pretendeu-se estimular a reflexão sobre o espaço urbano ao provocar a dúvida, um questionamento interno, que despertou não só o interesse das pessoas que estavam na praça, mas também a incerteza e o instável como processo e resultado simultâneos desse método. O estranhamento e o inquietar procuraram a aproximação e a comunicação, num gesto de intencional afetividade, ao oferecer um coração bordado, construindo um novo corpo ao urbano – no caso, uma corporeidade feminina que acolhe a cidade e procura convidá-la para a luta e a resistência.

A costura fez – e ainda faz – parte do contrato social imposto às mulheres, obrigação que acompanhava o ambiente doméstico e seu trabalho não remunerado. Para muitas, era também complementação da renda, um trabalho de subsistência e, como trabalho feminino, não valorizado, mal remunerado ou mesmo não-pago. Muitas compartilham esse saber passado pelas mulheres da família e carregam essa memória nas mãos, presente nas lembranças de um gesto que permeou gerações. A partir desse dispositivo, com uma aparência tão ordinária e sem a grandeza dos "pais" da ciência, construímos nossa singela "máquina de guerra", em um processo manual, sentido nas pontas dos nossos dedos. Pegamos as linhas com cores, espessuras e texturas diferentes, demos o nó, costuramos, desfizemos os pontos, trocamos o fio e, por fim, cortamos a linha. O nosso desenho não foi feito para ter uma só textura, uma só sensação, uma unidade, mas para que as diferenças fossem visíveis e sentidas.

Experimentar uma metodologia feminista ao investigar a performance urbana trouxe ramificações inesperadas que possibilitaram complexizar as percepções e análises. Aceitar a instabilidade como parte do processo investigativo nos permitiu aproximar saberes que antes estavam separados. Ao levar uma ação doméstica para o espaço público e renunciar à linha que demarca com precisão o espaço do saber científico, acreditamos ter conseguido arrematar nossas inquietações acadêmicas e subjetivas que se encontravam dissociadas. Através da aceitação da incerteza sobre o produto final, da união das potências da efemeridade e da costura, conseguimos fazer emergir o debate sobre o corpo feminino e sobre a possibilidade de provocar uma desestabilização do papel reservado à mulher no cotidiano da cidade.

Procuramos, dessa forma, contribuir para a produção de um novo tecido social e político. Por se tratar de uma intervenção urbana efêmera, não temos a pretensão de acompanhar as reverberações posteriores para além das nossas próprias. E, como pesquisadoras, pudemos evidenciar a aproximação entre a mulher e a cidade, bem como as semelhanças entre seus corpos-territórios. O entrecruzamento dos discursos, tão sutil, presente nas nossas ações corriqueiras, emergiu e evidenciou-se ao realizarmos uma ação comum, habitual, mas deslocada do seu local de pertencimento tradicional.

O que antes foi utilizado para nos disciplinar transformou-se em uma possibilidade de subversão. Não apenas por romper com os velhos antagonismos, mas também pela percepção na escala micro, no eu-mulher-pesquisadora, que, ao construir uma atuação, vivenciou as marcas que nossos corpos carregam como história. E, assim, respeitamos as que vieram antes de nós, compreendemos as suas lutas, as suas dores, bem como sonhamos com a possibilidade de um outro futuro, uma outra realidade.

É necessário ressaltar que, utilizar nossos corpos individuais para confrontar aspectos sociais profundamente enraizados exigiu, de cada uma de nós, a reflexão sobre os desvios que se encontram presentes em nossos próprios corpos e os desvios além de sua materialização. Esse movimento, em diálogo com a teoria, revelou a importância da inserção de outras realidades e vivências ao realizar o trabalho como pesquisadoras acadêmicas. Portanto, esse processo metodológico nasceu da investigação de uma prática-ação associada ao estudo do espaço urbano e das epistemologias feministas e seus pressupostos. A partir dessa união, foi possível encontrar uma potência de subversão latente que se expressou quando utilizamos os corpos das mulheres, suas experiências e histórias como método de análise. Encontrou, também, uma reverberação educativa, onde proporcionou um ensinamento prático e reflexivo sobre as teorias que nos acompanham nessa jornada que constitui a pesquisa científica.

Entretanto, é importante destacar que, no desenvolvimento dessa escrita, reunimos as palavras e percorremos o caminho da costura. Uma vez que a palavra "texto" deriva etimologicamente de tecer, a imanência do processo de tecer linhas e palavras converge-se, para nós, em um significado único, efêmero e circunstancial. Por isso, compreendemos que o amanhã poderá ser entremeadado de outras reflexões e tramas. O método experimentado nos ensinou que não há uma origem e um fim delimitado, mas uma constante mutação.

Referencias

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BOURRIAUD, N. **Radicante**: por uma estética da globalização. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CERTEAU, M. De. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-118.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERNÁNDEZ, D. T. C. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar**: Revista de Filosofía Iberoamericana, Lima, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2016. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2018/05/Solar-12-1-09-08-17.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

HOLLANDA, H. B. de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 9-21.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes**. Salvador: Edufba, 2012.

LEPECKI, A. Coreopolítica e coreopolícia. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 41-60, 2011. Disponível em: https://0fd0f300-6430-4030-8267-1a7ba452ac2e.filesusr.com/ugd/886796_b64192ae16b74d5c8b2ca524515c7707.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.

LIBOREL-POCHOT, H. The spinners. In: BRUNEL, Pierre (org.). **Companion to Literary Myths, Heroes and Archetypes**. New York: Routledge, 2016. p. 1054-1075. Disponível em: <https://catalogue.nla.gov.au/Record/2515594>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p.122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 06 mar. 2020.

MERCHANT, C. The scientific revolution and the death of nature. **Isis**, v. 97, n. 3, p. 513-533, 2006. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/508090>. Acesso em: 06 mar. 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PLUMWOOD, V. **Feminism and the Mastery of Nature**. New York: Routledge, 2002.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história: masculino, feminino, plural. In: HOLLANDA, Heloisa B. de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.

RANCIÈRE, J. **Dissensus**: On Politics and Aesthetics. London: Continuum, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SOUZA, N. M. F. When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative Democratic Futures. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 89-112, apr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292019000100089&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Mar. 2020.

VELLOSO, R. O tempo do agora da insurgência: memória de gestos e política do espaço, segundo Walter Benjamin. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. **Corporcidade**: gestos urbanos. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 43-69. Disponível em: <http://www.corporcidade5.dan.ufba.br/wp-content/uploads/livro/003.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

1 A intervenção foi concebida e performada por: Giovanna Magalhães, Larissa Chaves, Marina Marques, no âmbito da disciplina In(ter)venções urbanas: a arte e a arquitetura como construtoras de dissensos, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

2 A epistemologia feminista é uma área do conhecimento consolidada a partir da década de 1980, com a inserção dos estudos sobre gênero na academia, tornando-os campos legítimos de saber. Entretanto, é necessário ressaltar que os estudos feministas possuem sua própria historicidade e estado da arte, com importantes pensadoras que possibilitaram a sua inserção e a consolidação no âmbito acadêmico, como Virginia Woolf, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Angela Davis, entre outras (HOLLANDA, 2019).

3 O dualismo é um tema recorrente entre as feministas. Val Plumwood (2002), por exemplo, acredita que o dualismo está na base da sociedade moderna, em binarismos tais como: eu/outro, subjetividade/objetividade, público/privado, cultura/natureza, razão/emoção, homem/mulher, humano/não-humano, corpo/mente, etc. Esses binarismos abarcam uma lógica de negação de um pelo outro e, por esse motivo, carregam também uma lógica de opressão e uma lógica patriarcal.

4 "Ni una menos" é um coletivo argentino, um lema e um movimento que luta e protesto contra a violência machista e a crescente onda de feminicídio a ela associada. Um movimento que emerge das ruas, desde a primeira marcha realizada em 2015, e espalhou-se pelo mundo em uma onda de greves e protestos feministas.

5 "Mi cuerpo es mi territorio"/"ni las mujeres ni la tierra somos territorios de conquista" (HERNANDEZ, 2016, p. 36) são slogans e verdadeiros gritos de guerra proferidos pelas mulheres indígenas latinoamericanas em luta por seus territórios, seus costumes e modo de vida, constantemente ameaçados pela necessidade de expansão do modo de produção capitalista.

6 No conceito de biopolítica de Foucault (1998), o controle dos processos biológicos e corpóreos da população ganham uma nova dimensão. Do direito de controle estatal à vida e a morte – quem deve morrer e quem deve viver –, dessa biopolítica emerge o biopoder, ou o poder de gerenciar a vida.

7 O conceito de necropolítica, cunhado por Achille Mbembe, retoma e confere novos apontamentos aos conceitos de biopoder e biopolítica de Foucault, expressando-se através de "[...] formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte [...]" (MBEMBE, 2016, p. 146).

8 Dissenso é um conceito que Lepecki (2011) traz da obra de Rancière (2010): *Dissensus: on politics and aesthetics*. Para Rancière (2010), dissenso representaria a fusão entre arte e política, capaz de reconfigurar a dimensão da experiência do sensível através de processos de subjetivação.